

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

Programa Hora de Arar: Política Pública de Incentivo à Agricultura Familiar no Município de Banabuiú, estado do Ceará

Clarice Ferreira Maciel,¹

Bruno de Oliveira Sales Mota²

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar de que forma as políticas públicas, em especial o Programa Hora de Arar, têm contribuído para o incentivo e o fortalecimento da agricultura familiar no município de Banabuiú. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa e baseia-se exclusivamente em estudos e literatura especializada, dialogando com autores que tratam da construção das políticas rurais no Brasil, como Grisa (2012), Schneider (2003, 2017), Sabourin (2011) e Navarro (2002), além de considerar documentos oficiais referentes a programas federais como PRONAF, PAA e PNAE. O estudo parte do reconhecimento de que a agricultura familiar no semiárido enfrenta desafios constantes, como clima irregular, insegurança hídrica e dificuldades de acesso a políticas estruturantes. Nesse contexto, iniciativas locais, como o Programa Hora de Arar, institucionalizado pela Lei Municipal nº 860, de 19 de dezembro de 2024, ganham destaque por oferecer apoio direto no preparo do solo, etapa fundamental para o início do ciclo produtivo. A análise evidencia que políticas construídas a partir do território e sensíveis às realidades locais tendem a gerar resultados mais efetivos. Assim, reforça-se que fortalecer a agricultura familiar em Banabuiú exige não apenas ações nacionais, mas também a presença ativa do poder público municipal, capaz de desenvolver soluções alinhadas às necessidades concretas das famílias agricultoras.

Palavras-chave: agricultura familiar; políticas públicas; desenvolvimento rural; Banabuiú; Programa hora de Arar.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar exerce um papel histórico e fundamental na formação social e econômica do Brasil. É ela que sustenta grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e que mantém vivos os modos de vida, os conhecimentos tradicionais e os laços comunitários que dão identidade ao campo. Em Banabuiú, no Ceará, essa presença ganha ainda mais força. Em um território

¹ Clarice Ferreira Maciel, Licenciada em História, pela UECE. claricemaciel23@gmail.com

² Orientador: Bruno de Oliveira Sales Mota. Mestre e Doutorando em Educação pela UECE. bruno_salles12@hotmail.com

marcado pelo semiárido, pela irregularidade das chuvas e pela limitação de recursos, são os agricultores familiares que, dia após dia, constroem estratégias para produzir, enfrentar as adversidades e garantir o sustento de suas famílias.

Apesar desse protagonismo, a realidade vivida por esses agricultores é atravessada por desafios persistentes. Mesmo com os avanços institucionais das últimas décadas, especialmente após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), muitos produtores rurais ainda enfrentam barreiras para acessar políticas públicas capazes de impulsionar sua produção. Burocracia, falta de informação, distanciamento dos órgãos responsáveis e escassez de assistência técnica tornam esse acesso desigual e, muitas vezes, inacessível.

É diante desse cenário que este artigo se propõe a responder uma questão central: de que forma as políticas públicas, em especial o Programa Hora de Arar, têm contribuído para incentivar e fortalecer a agricultura familiar no município de Banabuiú?

A relevância deste estudo se justifica pela articulação entre a experiência concreta do contexto rural de Banabuiú, a necessidade de aprofundamento acadêmico sobre as políticas públicas voltadas à agricultura familiar em âmbito municipal e a importância social do tema. A escolha do objeto de pesquisa está vinculada à proximidade com a realidade dos agricultores familiares do município, o que possibilita um olhar atento às práticas e aos impactos das ações governamentais no cotidiano do campo.

Do ponto de vista científico, o trabalho contribui para o debate sobre a efetividade das políticas públicas locais, ainda pouco exploradas na literatura, especialmente no que se refere a programas municipais institucionalizados por meio de legislação própria. Socialmente, a pesquisa se mostra relevante ao evidenciar como iniciativas como o Programa Hora de Arar podem fortalecer a produção agrícola, garantir melhores condições de trabalho às famílias agricultoras e subsidiar reflexões que auxiliem gestores públicos e a sociedade na formulação e no aprimoramento de políticas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Assim, o objetivo geral é analisar de que forma as políticas públicas, em especial o Programa Hora de Arar, têm contribuído para o incentivo e o fortalecimento da agricultura familiar no município de Banabuiú. Entre os objetivos específicos estão: apresentar o processo de institucionalização da agricultura

familiar no Brasil; discutir as principais políticas públicas existentes; e compreender o papel das iniciativas municipais dentro desse conjunto.

Este estudo segue uma abordagem qualitativa, fundamentando-se exclusivamente em fontes bibliográficas. É importante destacar que o Programa Hora de Arar vai muito além de uma ação operacional da gestão pública. Com a promulgação da Lei Municipal nº 860, em 19 de dezembro de 2024, o programa tornou-se uma política permanente, reafirmando o valor da agricultura familiar e o compromisso do município de Banabuiú de apoiar, ano após ano, o preparo do solo das famílias agricultoras.

Transformar o programa em lei fortalece sua legitimidade e garante continuidade, mostrando que iniciativas pensadas a partir do território, próximas das pessoas e sensíveis às suas necessidades, têm muito mais chance de gerar mudanças concretas na vida das comunidades rurais.

O texto está estruturado de forma a facilitar a compreensão: primeiro, apresenta-se o referencial teórico; em seguida, detalha-se a metodologia adotada; depois, discutem-se os principais resultados; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DESENVOLVIMENTO

A seção de Fundamentação Teórica tem como objetivo apresentar e discutir os principais conceitos, teorias, categorias analíticas e autores que sustentam o estudo, oferecendo a base conceitual necessária para a compreensão do problema de pesquisa. No início dessa seção, busca-se situar o leitor no campo teórico em que a investigação se insere, evidenciando como o tema vem sendo abordado pela literatura especializada.

A agricultura familiar começou a ganhar maior visibilidade no Brasil a partir da década de 1990, quando passou a ser compreendida não apenas como uma forma tradicional de produção, mas como um segmento essencial para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do país. Esse reconhecimento marcou uma mudança importante na forma como o Estado e as políticas públicas passaram a olhar para os pequenos produtores, valorizando seu papel na segurança alimentar e na permanência das famílias no campo.

Grisa (2012) destaca que essa valorização ocorreu justamente em um

momento em que cresciam, no Brasil e no mundo, debates sobre segurança alimentar, sustentabilidade e novas formas de desenvolvimento rural. Para a autora, a agricultura familiar passou a ser percebida como uma alternativa estratégica para enfrentar desigualdades, preservar modos de vida e fortalecer sistemas alimentares mais justos e diversificados.

Esse entendimento amplia a compreensão do papel da agricultura familiar no cenário contemporâneo, mostrando que seu valor não se restringe ao aspecto produtivo. Na verdade, ela se insere em um projeto mais amplo de desenvolvimento social, no qual aspectos como inclusão, autonomia e sustentabilidade ganham centralidade. Assim, reconhecer a importância da agricultura familiar significa também reconhecer a necessidade de políticas públicas que garantam condições reais para sua permanência e fortalecimento no campo.

Grisa (2012, p.15) observa que

A valorização da agricultura familiar não representa apenas uma mudança na forma de compreender o rural, mas uma redefinição profunda das prioridades de desenvolvimento. Nesse processo, o agricultor deixa de ser visto como sujeito secundário e passa a ocupar posição central na produção de alimentos, na preservação ambiental e na dinamização econômica dos territórios. Ao reconhecer essa centralidade, as políticas públicas passam a adotar uma perspectiva mais inclusiva, orientada pela sustentabilidade e pela promoção de condições dignas de permanência no campo.

Percebe-se que a agricultura familiar não é apenas um setor produtivo, mas um espaço onde se entrelaçam memória, trabalho, identidade e formas específicas de organização social. Quando se reconhece esse conjunto de dimensões, torna-se mais fácil compreender por que as políticas públicas destinadas a esse segmento precisam ir além do aspecto econômico e considerar, também, as dinâmicas culturais e territoriais que sustentam o modo de vida rural. Assim, reforça-se a importância de políticas construídas com sensibilidade às realidades locais, capazes de dialogar com as práticas cotidianas das famílias agricultoras e, ao mesmo tempo, apoiar sua permanência no campo.

Nessa mesma direção, Schneider (2003) argumenta que a agricultura familiar possui características próprias que a diferenciam de outros modelos produtivos. Ele chama atenção para a integração entre trabalho e família, para a capacidade de diversificar a produção e, sobretudo, para o vínculo profundo com o

território. Esses elementos, segundo o autor, fazem da agricultura familiar um componente fundamental das dinâmicas sociais e econômicas das comunidades rurais brasileiras.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender que a agricultura familiar não se sustenta apenas pela produção em si, mas pela forma como está enraizada no território e nas relações que ali se estabelecem. Revela-se que cada unidade familiar carrega modos próprios de organizar o trabalho, de lidar com a terra e de construir vínculos comunitários, elementos que não podem ser ignorados na formulação de políticas públicas.

Assim, reconhecer essas particularidades é fundamental para que intervenções governamentais sejam realmente eficazes, respeitando a lógica interna das famílias agricultoras e fortalecendo a vitalidade social e econômica dos espaços rurais.

Segundo Schneider (2003, p.48),

Nos territórios rurais, as relações sociais, os arranjos produtivos e as práticas cotidianas das famílias agricultoras constituem um conjunto complexo de elementos que orientam a forma como as políticas públicas são apropriadas e ressignificadas. A agricultura familiar, nesse contexto, não pode ser compreendida apenas como uma unidade econômica, mas como um espaço de vida, onde se articulam dimensões sociais, culturais e históricas que condicionam as estratégias produtivas e a permanência no campo. É por isso que políticas desenhadas de maneira genérica enfrentam dificuldades de execução e de impacto, pois ignoram a diversidade territorial e os significados que a atividade agrícola assume para cada comunidade.

Torna-se evidente que a eficácia das políticas públicas depende de sua capacidade de dialogar com essa complexidade que caracteriza o cotidiano rural. Quando se compreende que a agricultura familiar envolve muito mais do que práticas produtivas, abrangendo vínculos, histórias e modos de vida, torna-se possível formular ações que realmente respondam às necessidades concretas das comunidades. Essa perspectiva reforça a importância de políticas sensíveis ao território, capazes de reconhecer a diversidade das famílias agricultoras e de apoiar, de forma efetiva, sua permanência e seu fortalecimento no campo.

Nesse sentido, a literatura sobre desenvolvimento rural reforça que políticas públicas só alcançam resultados concretos quando reconhecem a centralidade do território e das dinâmicas sociais que o compõem. Como destaca Sabourin (2011, p. 13), o desenvolvimento rural depende de “processos construídos coletivamente,

enraizados nas práticas e saberes das próprias comunidades”. Essa compreensão aproxima a discussão teórica da realidade vivida pelas famílias agricultoras, evidenciando que o fortalecimento da agricultura familiar exige intervenções sensíveis às especificidades locais e comprometidas com a participação social.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem desempenhado um papel fundamental ao criar condições para que os agricultores familiares comercializem sua produção diretamente com o poder público. Ao garantir a compra de alimentos de forma regular e simplificada, o PAA contribui não apenas para a geração de renda, mas também para o fortalecimento da produção local e para a valorização dos alimentos cultivados em pequenas propriedades. Essa aproximação entre Estado e agricultores amplia a segurança econômica das famílias e fortalece circuitos curtos de comercialização, essenciais em territórios rurais.

As políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil não podem ser compreendidas apenas como instrumentos administrativos. Elas resultam de disputas históricas, de diferentes projetos de sociedade e de visões conflitantes sobre o papel da agricultura familiar. Por isso, analisar sua construção e seus efeitos demanda reconhecer a diversidade dos territórios, os arranjos sociais existentes e a capacidade dos agricultores de se organizarem e influenciarem o processo decisório (Schneider, 2003, p.19).

Nesse sentido, compreender as políticas voltadas ao meio rural significa olhar para além das normas e dos programas e enxergar as pessoas que vivem e trabalham nesses territórios. Como destaca Schneider (2003), os territórios são espaços vivos, marcados por histórias, vínculos comunitários, modos de produzir e formas próprias de organização social.

Quando programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) chegam a essas realidades, seus efeitos não dependem apenas das regras institucionais, mas também da capacidade das famílias, associações e comunidades de se mobilizarem, criarem parcerias e fortalecerem práticas coletivas. Assim, o desenvolvimento rural passa a ser entendido não como algo que “vem de fora”, mas como um processo construído no cotidiano, no diálogo entre Estado e agricultores, e na força das relações que sustentam a vida no campo.

Por sua vez, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) reforça essa dinâmica ao destinar parte dos recursos da merenda escolar para a compra direta de produtos da agricultura familiar. Com isso, o programa não só melhora a

qualidade nutricional da alimentação oferecida aos estudantes, como também cria um mercado institucional estável e próximo do território, reconhecendo que “a valorização da produção local é condição central para o fortalecimento da agricultura familiar” (Grisa, 2012, p. 36).

Esse entendimento reforça que o PNAE vai além de uma política de alimentação escolar: ele atua como mecanismo de dinamização econômica e fortalecimento comunitário. Ao priorizar a produção local, o programa estimula a permanência das famílias no campo, valoriza saberes tradicionais e cria relações de confiança entre agricultores, escolas e gestores públicos. Dessa forma, sua implementação contribui para que o desenvolvimento rural aconteça de maneira integrada, articulando dimensões econômicas, sociais e culturais do território.

Segundo Sabourin (2011, p. 58),

O desenvolvimento territorial pressupõe a articulação entre diferentes atores sociais, instituições e práticas locais, reconhecendo que as dinâmicas econômicas rurais não podem ser dissociadas dos elementos culturais, das relações de cooperação e das formas de organização comunitária que estruturam a vida no campo. A vitalidade dos territórios depende, portanto, da capacidade de integrar políticas públicas, iniciativas produtivas e saberes tradicionais, permitindo que as comunidades rurais fortaleçam sua autonomia e construam estratégias próprias de desenvolvimento.

Esse entendimento amplia a compreensão sobre o papel do PNAE e de outras políticas que dialogam diretamente com o território. Ao reconhecer que o desenvolvimento rural depende da interação entre práticas produtivas, valores culturais e formas de cooperação, torna-se possível perceber que programas voltados para a agricultura familiar não se limitam à distribuição de recursos.

Programas voltados para a agricultura familiar, fortalecem relações, sustentam identidades e criam condições para que as comunidades mantenham seus modos de vida. Assim, políticas como o PNAE atuam não apenas como instrumentos de gestão, mas como mecanismos de fortalecimento social e construção de autonomia nos territórios rurais.

Entretanto, apesar dos avanços alcançados, a efetivação dessas políticas ainda esbarra em limitações importantes, sobretudo nas regiões do semiárido. Nesses territórios, a distância entre as diretrizes formuladas em âmbito federal e as condições concretas de vida e trabalho dos agricultores permanece como um obstáculo expressivo, dificultando que as ações previstas cheguem com a mesma

força ao cotidiano rural (Navarro, 2002).

A relevância das políticas municipais torna-se ainda mais evidente quando observamos a realidade de territórios rurais do semiárido, onde as famílias agricultoras dependem de ações que dialoguem diretamente com suas necessidades imediatas. Como lembra Sabourin (2011), “o desenvolvimento rural acontece no território”, o que reforça que políticas locais podem ter impacto rápido e concreto no cotidiano das comunidades.

Essa perspectiva reforça que, em regiões marcadas por condições climáticas adversas e recursos limitados, a atuação do poder público municipal não é apenas complementar, mas essencial. É muitas vezes no âmbito local que surgem as respostas mais ágeis e sensíveis às necessidades do campo, pois são as gestões municipais que convivem diariamente com os desafios e potencialidades do território. Dessa forma, políticas construídas “de perto” tendem a reconhecer melhor as especificidades das famílias agricultoras, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo um desenvolvimento que respeita o ritmo e as características de cada região.

Segundo Sabourin (2011, p. 68),

O desenvolvimento rural exige uma compreensão ampliada das dinâmicas sociais que estruturam a vida no campo. Não se trata apenas de ofertar serviços ou repassar recursos, mas de construir políticas que dialoguem com as experiências, limitações e potencialidades dos agricultores. As ações municipais são fundamentais nesse processo porque se enraízam diretamente no território, percebendo nuances que frequentemente escapam às esferas estaduais e federais. Quando o poder público local reconhece a diversidade das famílias rurais e atua de forma contínua, cria-se uma rede de apoio que fortalece a autonomia, a produção e o sentimento de pertencimento das comunidades.

Esse entendimento reforça o papel decisivo das políticas municipais no cotidiano das comunidades rurais. Ao reconhecer que o desenvolvimento emerge das relações construídas no território, o argumento de Sabourin (2011) dialoga diretamente com o contexto da cidade de Banabuiú, onde iniciativas como o Programa Hora de Arar evidenciam como a proximidade entre gestão pública e agricultores possibilita ações mais eficazes.

Quando a política nasce das realidades locais, ela não apenas atende demandas imediatas, como o preparo do solo, mas também fortalece vínculos, estimula a organização comunitária e contribui para uma construção mais

participativa do desenvolvimento rural. Trata-se, portanto, de uma abordagem que valoriza o território como fonte de conhecimento e como base para a formulação de políticas mais justas, sensíveis e alinhadas às necessidades do campo.

Em Banabuiú, o Programa Hora de Arar representa exatamente esse tipo de ação pública de proximidade. Instituído pela Lei Municipal nº 860, de 19 de dezembro de 2024, ele foi criado para oferecer suporte direto ao preparo do solo, especialmente durante o período chuvoso, etapa decisiva para o sucesso das lavouras. Ao disponibilizar tratores e equipamentos, o município reduz custos que pesariam sobre famílias que, muitas vezes, têm poucos recursos para investir antes do plantio.

De acordo com a legislação municipal, o Projeto Hora de Arar tem como finalidade ampliar a produtividade agrícola, fomentar a atividade agropecuária, incentivar a mecanização no campo, fortalecer a atuação conjunta com associações e sindicatos rurais e apoiar pequenos agricultores que enfrentam dificuldades no preparo do solo (Banabuiú, 2024).

Ao garantir apoio no preparo do solo, sobretudo no período das chuvas, o programa contribui para que o plantio aconteça no tempo certo, reduzindo gastos e ampliando as condições de trabalho no meio rural. Trata-se de uma ação que fortalece a produção agrícola, incentiva o uso de tecnologias no campo e reforça o vínculo entre o poder público e as organizações rurais, criando oportunidades para que pequenos produtores possam manter sua atividade e assegurar o sustento de suas famílias.

Conforme estabelece a legislação municipal, o Projeto Hora de Arar tem como objetivos:

Aumentar a produtividade de alimentos para consumo humano e de forragens para o rebanho animal; fomentar a atividade agropecuária, proporcionando maiores oportunidades de ocupação e renda para o homem do campo; aprimorar os aspectos produtivos com a implementação de mecanização agrícola; realizar trabalho em conjunto com as associações comunitárias e sindicatos de trabalhadores rurais para promover e fortalecer o desenvolvimento rural do município; e apoiar pequenos agricultores que, em virtude de suas circunstâncias sociais, enfrentam dificuldades para realizar o preparo do solo (Banabuiú, 2024, p. 1–2)

Fica evidente que, o projeto Hora de Arar não se resume à oferta de maquinário; ele funciona como uma ação estratégica que amplia as condições de produção e ajuda as famílias a permanecerem no campo. Ao combinar

mecanização, apoio técnico e parcerias com organizações locais, o programa mostra sensibilidade às desigualdades que marcam o dia a dia do pequeno agricultor, oferecendo suporte concreto a quem muitas vezes não tem recursos para iniciar o ciclo produtivo.

Além disso, o Hora de Arar ajuda a reduzir vulnerabilidades estruturais e fortalece a autonomia das comunidades rurais. Ele evidencia como políticas municipais podem ter um papel decisivo no desenvolvimento local, mostrando que ações construídas a partir do território e em diálogo direto com as famílias agricultoras geram impactos reais e duradouros na vida das pessoas.

Embora o programa não apareça de forma sistematizada na literatura acadêmica, sua relevância prática se evidencia na vida dos agricultores. Como aponta Schneider (2003), “toda política só ganha sentido quando chega ao agricultor”, e é justamente isso que o Hora de Arar realiza: traduz a política pública em ação concreta e perceptível no território.

Essa percepção reforça a importância de olhar para além das grandes políticas nacionais e reconhecer o valor das iniciativas locais que se constroem a partir das demandas reais das comunidades. Quando uma política municipal consegue dialogar com as condições de vida, os ritmos de trabalho e as limitações materiais das famílias agricultoras, ela se torna mais do que um dispositivo administrativo: transforma-se em uma ferramenta de fortalecimento social.

Nesse sentido, experiências como o Hora de Arar mostram que a eficácia das políticas públicas depende não apenas de sua formulação, mas da capacidade de produzir mudanças concretas na vida daqueles que mais precisam.

Segundo Navarro (2002, p. 48),

As políticas públicas só adquirem sentido pleno quando conseguem interferir de maneira concreta na vida das populações que pretendem beneficiar. Não basta formular programas bem-intencionados ou estabelecer metas em documentos oficiais: é necessário que as ações alcancem os agricultores em sua realidade cotidiana, considerando suas condições materiais, suas limitações históricas e suas estratégias próprias de sobrevivência. Quando o Estado se aproxima das comunidades rurais, reconhece suas especificidades e atua de forma contínua, cria-se um ambiente propício ao fortalecimento das capacidades locais, permitindo que o desenvolvimento deixe de ser um ideal distante e se converta em uma prática vivida no território.

Outro aspecto importante é que programas municipais como esse funcionam como complemento indispensável às políticas federais já consolidadas. Enquanto

iniciativas como o PAA e o PNAE operam em escalas amplas, a política local atua nas lacunas que elas não conseguem alcançar, em especial nos entraves operacionais que afetam as famílias no início do ciclo produtivo. Nesse sentido, Grisa (2012, p.4) lembra que “as políticas só se tornam eficazes quando articuladas ao contexto local”.

Essa articulação entre escalas evidencia que o desenvolvimento rural não é resultado de uma única política, mas de um mosaico de ações que se complementam e se fortalecem mutuamente. Quando políticas municipais conseguem suprir necessidades concretas, como o preparo do solo, o acesso a maquinário ou o apoio técnico imediato, elas criam condições mais favoráveis para que políticas federais também alcancem seus objetivos. Desse modo, forma-se um ambiente mais integrado, em que diferentes instrumentos atuam de maneira complementar, reduzindo desigualdades e fortalecendo a autonomia dos agricultores familiares.

Assim, o Hora de Arar evidencia a força das ações públicas de pequena escala, que, mesmo sem grande visibilidade institucional, conseguem dialogar diretamente com a realidade das comunidades rurais. Isso confirma que o desenvolvimento rural não depende apenas de estruturas nacionais, mas também da sensibilidade e do compromisso dos municípios em fortalecer quem vive e produz no campo.

3 METODOLOGIA

O fenômeno investigado neste trabalho envolve interpretações, significados, valores construídos socialmente, logo, sua abordagem será qualitativa. De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa se ocupa do universo de sentidos, motivos, aspirações, crenças e atitudes, não podendo ser reduzida a dados estatísticos ou quantificáveis.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória em relação aos seus objetivos e bibliográfica no que diz respeito aos procedimentos técnicos. Conforme destaca Gil (2023), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou construindo hipóteses. Esse tipo de investigação é especialmente adequado quando o tema ainda carece de aprofundamento teórico

Quanto ao caráter bibliográfico, é fundamentado na análise de produções acadêmicas, documentos oficiais e referenciais teóricos que abordam as competências socioemocionais, a formação humana e as políticas educacionais contemporâneas. Ainda conforme Gil (2023), a abordagem bibliográfica baseia-se em materiais já elaborados, permitindo ao pesquisador examinar diferentes perspectivas teóricas e construir uma análise crítica sobre o objeto de estudo.

Foram utilizadas obras de referência sobre políticas públicas e agricultura familiar, como Grisa (2012), Schneider (2003, 2017), Sabourin (2011) e Navarro (2002), além dos documentos oficiais que regulamentam programas como PRONAF, PAA e PNAE. Também foram consultados registros e materiais institucionais que descrevem o funcionamento do Programa Hora de Arar no município de Banabuiú, no Ceará.

Por se tratar de um estudo de natureza exclusivamente teórica, não foram realizadas coletas de dados empíricos, como entrevistas, observações de campo ou aplicação de questionários. As reflexões e análises aqui desenvolvidas derivam diretamente da revisão da literatura especializada e da interpretação crítica dos autores consultados, permitindo construir uma compreensão fundamentada sobre o tema, ainda que sem o suporte de dados primários.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A leitura de autores que discutem a agricultura familiar no Brasil revela um ponto em comum: apesar de sua importância social e econômica, esse setor ainda enfrenta obstáculos profundos que limitam o alcance das políticas públicas. A burocracia, a falta de informações acessíveis e a ausência de assistência técnica contínua aparecem repetidamente nas análises de Grisa (2012), Sabourin (2011) e Navarro (2002), mostrando que muitos agricultores continuam distantes dos programas que deveriam fortalecê-los.

Quando se observa esse cenário em Banabuiú, no semiárido cearense, os desafios ganham contornos ainda mais intensos. A irregularidade das chuvas, a presença reduzida de instituições de apoio e as limitações estruturais impostas pelo clima dificultam, diariamente, o trabalho das famílias agricultoras. Schneider (2003) aponta que, em regiões marcadas por fragilidades socioeconômicas,

políticas construídas a partir do território tornam-se especialmente importantes, por conseguirem responder às necessidades reais da população. Nessa mesma linha, Schneider e Grisa (2017) reforçam que iniciativas locais tendem a ser mais eficazes justamente por estarem mais próximas da realidade rural.

É nesse contexto que o Programa Hora de Arar se destaca. Instituído pela Lei Municipal nº 860/2024 (Banabuiú, 2024), ele surge como uma política pública simples, direta e muito necessária: garantir o preparo do solo para agricultores que muitas vezes não têm condições financeiras de contratar esse serviço.

Diferente de programas mais amplos, que costumam exigir documentação extensa ou atendem apenas parte da demanda, o Hora de Arar se caracteriza pela acessibilidade e pela ausência de barreiras burocráticas. Isso faz com que ele dialogue diretamente com o cotidiano dos agricultores, que precisam iniciar o plantio no tempo certo e dependem do apoio operacional para isso.

Além de reduzir custos e facilitar o preparo do solo, o Programa Hora de Arar atua como um catalisador de organização comunitária. Ao trabalhar em parceria com associações locais e sindicatos de trabalhadores rurais, a iniciativa fortalece redes de cooperação e fomenta espaços de diálogo entre agricultores.

Esse aspecto evidencia que políticas municipais não apenas atendem a demandas imediatas, mas também contribuem para a construção de capital social, elemento fundamental para a resiliência das comunidades rurais, conforme destacado por Sabourin (2011) ao enfatizar que o desenvolvimento territorial depende da articulação entre diferentes atores locais.

Outro ponto relevante é a capacidade do programa de transformar percepções sobre o papel do Estado no cotidiano do agricultor familiar. Diferentemente de políticas amplas, que muitas vezes se apresentam distantes ou burocráticas, o Hora de Arar se aproxima da realidade vivida pelos produtores, oferecendo soluções práticas e imediatas.

Esse caráter pragmático demonstra que políticas públicas eficazes não precisam ser complexas, mas sim sensíveis às necessidades concretas do território, reforçando a argumentação de Schneider (2003) sobre a importância de iniciativas construídas “de baixo para cima”.

A continuidade do programa, garantida por sua institucionalização via Lei Municipal nº 860/2024, também merece destaque. A formalização legal assegura que o apoio ao preparo do solo não dependa de gestões transitórias ou de

prioridades políticas momentâneas, consolidando uma política pública sustentável ao longo do tempo.

Essa perspectiva reforça a ideia de Grisa (2012) de que políticas bem-sucedidas reconhecem o agricultor como protagonista e promovem condições estruturais para que ele possa permanecer no campo, garantindo segurança alimentar e estabilidade econômica.

Além disso, o programa evidencia a importância de complementaridade entre políticas públicas em diferentes escalas. Enquanto programas federais, como o PAA e o PNAE, atuam na geração de renda e na oferta de alimentos, o Hora de Arar preenche lacunas operacionais e temporais, mostrando que iniciativas municipais podem potencializar o impacto das políticas nacionais. Essa integração confirma que o fortalecimento da agricultura familiar requer não apenas recursos, mas articulação, sensibilidade territorial e ação coordenada entre diferentes níveis de governo.

A experiência de Banabuiú ilustra que políticas públicas locais, construídas a partir do território e em diálogo com as comunidades, podem gerar mudanças concretas e imediatas. O Programa Hora de Arar demonstra que é possível unir eficácia operacional, proximidade com os beneficiários e fortalecimento social, criando um modelo de intervenção replicável em outros municípios do semiárido. Esse enfoque evidencia que o desenvolvimento rural não se resume a investimentos financeiros, mas depende de políticas que reconheçam e valorizem o conhecimento, a cultura e a organização das famílias agricultoras.

Ao articular mecanização, apoio técnico e parceria com organizações locais, o programa demonstra sensibilidade às desigualdades que marcam o cotidiano rural, especialmente entre pequenos produtores que dependem de apoio público para iniciar o ciclo produtivo. Dessa forma, o Hora de Arar contribui para reduzir vulnerabilidades estruturais e fortalecer a autonomia das comunidades rurais, evidenciando o papel decisivo que políticas municipais podem desempenhar no desenvolvimento territorial.

Por fim, iniciativas como o Hora de Arar mostram que a eficácia das políticas públicas depende não apenas de sua formulação, mas da capacidade de produzir mudanças concretas na vida daqueles que mais precisam. Ao atender demandas imediatas, fortalecer vínculos comunitários e promover a organização social, o programa se torna um exemplo de como políticas locais podem transformar o

cotidiano das famílias agricultoras, alinhando desenvolvimento rural, justiça social e valorização do território.

5 CONSIDERAÇÕES

A reflexão teórica apresentada neste artigo reforça que, embora a agricultura familiar tenha conquistado avanços importantes nas últimas décadas, persistem desafios que afetam o acesso às políticas públicas. Em municípios como Banabuiú, inseridos no semiárido cearense, essas dificuldades ganham contornos ainda mais evidentes devido às limitações ambientais, institucionais e socioeconômicas que marcam o território.

O Programa Hora de Arar surge como alternativa concreta e necessária, fortalecendo a produção local por meio de ações simples, diretas e ajustadas à realidade dos agricultores. Ao oferecer o preparo do solo de forma acessível e desburocratizada, o programa cumpre um papel que muitas vezes não é alcançado por políticas de maior escala, tornando-se uma ferramenta essencial para que o agricultor possa iniciar o ciclo produtivo no tempo adequado.

A análise permite concluir que o desenvolvimento rural precisa ser pensado de forma integrada: políticas nacionais oferecem estrutura, enquanto políticas municipais garantem aproximação e eficácia. Quando essas políticas dialogam entre si e se articulam ao território, os resultados tendem a ser mais significativos, fortalecendo não apenas a produção agrícola, mas também a autonomia e a segurança das famílias rurais.

Além disso, a experiência de Banabuiú evidencia que iniciativas locais podem funcionar como pontes entre a política institucional e a prática cotidiana do campo. Ao traduzirem as demandas dos agricultores em ações concretas, programas municipais aproximam o poder público das necessidades reais da população, reforçando o papel do município como agente ativo no processo de desenvolvimento rural.

Outro aspecto relevante é que políticas como o Hora de Arar ajudam a reduzir desigualdades internas, especialmente entre agricultores com diferentes níveis de renda e acesso a recursos produtivos. Ao democratizar o acesso à mecanização, o programa contribui para tornar o processo produtivo mais

equitativo, fortalecendo grupos que historicamente encontram maiores barreiras para permanecer no campo.

Assim, o estudo indica que fortalecer a agricultura familiar em Banabuiú exige não apenas ações nacionais, mas também a atuação sensível e próxima do poder público local, especialmente por meio de políticas institucionalizadas, como o Programa Hora de Arar, estabelecido pela Lei Municipal nº 860/2024, que se alinha diretamente às realidades e aos desafios enfrentados pelas famílias agricultoras.

REFERÊNCIAS

BANABUIÚ (CE). **Lei Municipal nº 860, de 19 de dezembro de 2024.** Institui o Programa Municipal de Aração das Terras – Projeto Hora de Arar. Banabuiú: Prefeitura Municipal, 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias.** 2012. 280 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 10, n. 2, p. 95–131, 2002.

SABOURIN, E. **Sociologia do desenvolvimento territorial.** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Revista de Economia Contemporânea, v. 7, n. 2, p. 323–353, 2003.

SCHNEIDER, S.; GRISA, C. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2017.